



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO EM LICENCIATURA PEDAGOGIA ÁREA DE APROFUNDAMENTO –
EDUCAÇÃO DO CAMPO

JACIELLY CASSEMIRO

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS – EJA:** um olhar sobre a formação de professores na Escola Municipal
de Ensino Fundamental Jaime Lacert

JOÃO PESSOA

2017

JACIELLY CASSEMIRO

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS – EJA: um olhar sobre a formação de professores na Escola Municipal
de Ensino Fundamental Jaime Lacert**

Monografia apresentada ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para obtenção do grau de licenciatura em pedagogia.

Orientadora: Ana Paula Romão

JOÃO PESSOA

2017

C344f Cassemiro, Jacielly.

Formação continuada para professores da educação de jovens e adultos-EJA: um olhar sobre a formação de professores na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacert / Jacielly Cassemiro.
– João Pessoa: UFPB, 2017.
40f.

Orientadora: Ana Paula Romão
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Formação docente. 2. Formação continuada. 3. Educação de jovens e adultos. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37-051(043.2)

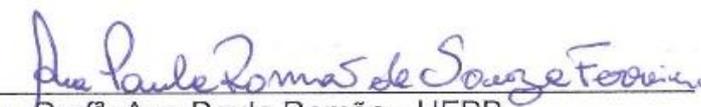
JACIELLY CASSEMIRO

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS – EJA: um olhar sobre a formação de professores na Escola Municipal
de Ensino Fundamental Jaime Lacert**

Monografia apresentada ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para obtenção do grau de licenciatura em pedagogia.

Aprovado em: 08 / 06 /2017.

Banca Examinadora


Prof^a: Ana Paula Romão - UFPB
(Orientadora)


Prof^o: Luciano Souza Silva - UFPB
(Examinador I)

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”.

Paulo Freire

RESUMO

Propor uma reflexão sobre as necessidades formativas dos professores da EJA traz à tona o debate sobre a formação continuada na especificidade desta modalidade de ensino, uma vez que esta formação não é devidamente contemplada na formação inicial do profissional pedagogo. Neste ponto, coloca-se a questão da responsabilidade do professor com seu desenvolvimento profissional, focando a formação continuada como base para suprir as demandas existentes no ensino-aprendizagem de jovens e adultos. O objetivo central do estudo é refletir sobre as necessidades formativas do profissional que trabalha com os jovens e adultos, uma vez que estes educandos são pessoas com características próprias, carentes, que demandam por uma maior atenção devido às deficiências de aprendizagem oriundas dos anos que passaram à margem do processo de educação. É fundamental que os cursos de magistério e pedagogia desenvolvam uma prática voltada para as especificidades que constituem a educação de jovens e adultos. Esta prática deve se adequar as características dos educadores, para que se torne possível potencializar suas competências, estimulando seu compromisso enquanto profissional do saber, enfatizando que respeitar as diferenças e limitações de cada aluno é essencial para auxiliá-lo no processo de ensino-aprendizagem. O estudo foi elaborado a partir de um levantamento bibliográfico, onde foram utilizadas obras dos mais importantes autores da área, além de uma pesquisa de campo. Através das respostas obtidas durante a pesquisa de campo, ficou evidenciado que para se trabalhar com a EJA os professores necessitam de uma formação específica que capacite o profissional de forma adequada para o exercício da função.

Palavras – chave: EJA. Formação Continuada. Docente.

ABSTRACT

A reflection on the training needs of teachers of adult education that brings up the debate on continuing education in the specificity of this mode of education, since this training is not adequately addressed in the initial formation of the professional educator. At this point, raises the question of responsibility of teachers with professional development, focusing on continuing education as a basis to meet the existing demands on teaching and learning of young people and adults. The main objective of the study is to reflect, as Professor of Adult, on the training needs of professionals working with young people and adults, since these students are people with particular characteristics, need, that demand for greater attention because of deficiencies learning derived from years gone outside the education process. It is essential that the courses of teaching and pedagogy to develop a practice for the specifics that make up the youth and adults. This should suit the characteristics of educators, so that it becomes possible to enhance their skills, encouraging their commitment as a professional knowledge, stressing that respect differences and limitations of each student is essential to assist in the teaching-learning process. The study was compiled from a literature review were used where works of major authors in the area, and a survey. Through the responses obtained during the field research, it became apparent that to work with adult education teachers need a specific training that enables the professional to adequately carry out his function.

Keywords: EJA. Continuing Education. Teacher.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos

CNAEJA - Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PAS - Programa Alfabetização Solidária

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PPP - Projeto Político-Pedagógico

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	12
2.1. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL	16
2.2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EJA.....	21
3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BASES ATUAIS	24
3.1. O QUE É? A QUEM SE DESTINA? E SUAS FUNÇÕES?	25
3.1.1. Funções da EJA.....	26
4. ANÁLISE DOS DADOS	28
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE “A”: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	39

1. INTRODUÇÃO

O seguinte Trabalho de Conclusão de Curso aborda a questão da formação continuada dos (as) professores (as) da Educação de Jovens e Adultos - EJA. A temática foi escolhida uma vez que se compreende a necessidade de discuti-la e ampliar seu debate, com o intuito de repensar e recriar a nossa própria prática pedagógica enquanto futuros profissionais desta modalidade de ensino.

No cenário educacional contemporâneo, percebe-se que mesmo com o aumento da visibilidade da EJA, a demanda por uma formação específica do professor que atua com este público ainda é grande, e em certo ponto ainda não lhe é dada a devida atenção. Nesse sentido, elaborou-se a seguinte questão problemática: Existem necessidades específicas de formação para o educador da EJA? E como o educador da EJA na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacert realiza sua formação continuada?

Com base no exposto, o objetivo do presente estudo foi analisar as necessidades formativas do profissional que trabalha com os jovens e adultos, na referida escola, uma vez que estes educandos são pessoas com características próprias, que demandam por uma maior atenção devido às deficiências de aprendizagem oriundas dos anos que passaram à margem do processo de educação. Salienta-se ainda tratar-se de uma escola que atende demandas de estudantes provenientes de zona rural.

No que tange aos objetivos específicos, buscou-se: discutir sobre a importância da formação continuada dos professores da EJA relacionado à perspectiva que temos acerca da educação dos jovens e adultos; investigar as especificidades e peculiaridades que envolvem esse segmento de ensino; compreender a relevância da formação profissional continuada em pedagogia para a melhoria da educação.

Acredita-se que a construção de um quadro profissional formado nos cursos de Pedagogia, nas licenciaturas e pelas próprias redes de educação com o intuito de atuar junto a estes educandos contribuirá para o fortalecimento da área, e, certamente, para um melhor atendimento a parcelas significativas da população que foram precocemente excluídas das ações de escolarização.

A organização e a produção do conhecimento, pensadas na perspectiva das necessidades formativas do docente que atua na educação do campo, assumem o desafio de buscar, permanentemente, respostas e saídas pedagógicas para questões que definem modos e condições de vida bastante peculiares. No meio rural, a escola do campo deve ser conquistada tendo como princípios e objetivos principais o envolvimento na luta pela inclusão social e a defesa dos direitos humanos. Uma escola que busque a igualdade, o direito a terra e saiba lidar com a diferença.

Com base no exposto, destaca-se a importância de se desenvolver tal estudo, uma vez que este contribuirá para o aprofundamento das pesquisas voltadas para a EJA na escola do campo, enfocando as novas demandas para formação dos professores.

Seguindo esta linha de raciocínio, formar profissionais capazes de atuar especificamente com a EJA, exige uma docência renovada, bem como um docente inovador, refletindo em sala de aula comprometimento, ética e criatividade na ação de educar.

Com isso, perceber o trabalho docente como sendo uma contribuição social, faz com que nós, professores, atuemos com o objetivo de humanizar a prática pedagógica, desenvolvendo nos alunos da EJA, conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes guiem para uma melhoria constante enquanto alunos e seres humanos.

Propor uma reflexão sobre as necessidades formativas dos professores da EJA traz à tona o debate sobre a formação continuada na especificidade desta modalidade de ensino, uma vez que esta formação não é devidamente contemplada na formação inicial do profissional pedagogo. Neste ponto, coloca-se a questão da responsabilidade do professor com seu desenvolvimento profissional, focando a formação continuada como base para suprir as demandas existentes no ensinoaprendizagem de jovens e adultos.

O presente trabalho foi elaborado a partir de um levantamento bibliográfico, utilizando estudos dos mais importantes pesquisadores da área, como: Freire, Libâneo, Nóvoa, entre outros autores. De acordo com Gil (2010, p.29-31) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

Também se desenvolveu uma pesquisa de campo realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacert, localizada na Praça Castelo Branco, n. 25, Conjunto Tibiri, Santa Rita – PB. Para coleta de dados serão realizadas entrevistas *in locun*, norteadas através da elaboração de um roteiro contendo 5 (cinco) questões subjetivas relacionadas a formação continuada dos professores. No tocante a amostra, serão entrevistados 4 (quatro) educadores que atuam na Educação de Jovens e Adultos – EJA na referida Escola Municipal.

A análise dos dados se deu por meio da Análise de Conteúdo, onde serão interpretadas as falas dos entrevistados. Como afirma Chizzotti (2010, p. 98) “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. A análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2015).

Quanto à abordagem do problema, a presente pesquisa é desenvolvida pelo método qualitativo, não realizando nenhuma análise de caráter quantitativo. De acordo com Silva e Menezes (2005, p.20), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

A monografia em seu primeiro capítulo aborda o histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; posteriormente, no Capítulo 2 será enfocada a Educação no Campo. Já o Capítulo 3 dá ênfase a Formação dos Professores para a EJA e suas necessidades Formativas dos Professores da EJA; por fim, o Capítulo 4 traz a Análise dos dados provenientes da pesquisa de campo desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacert, situada na Cidade de Santa Rita – PB.

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Para melhor desenvolver a pesquisa sobre a formação de professores na EJA, a que nos propomos, faz-se necessário contextualizá-la desde sua origem no Brasil, até os dias atuais. Após o período colonial, onde só tivemos o ensino ofertado pelos padres jesuítas, o Brasil iniciou o período colonial buscando preparar mão-deobra. Procurava-se servi adequadamente os vários setores da sociedade.

Segundo Lourenço Filho (1955 apud AZEVEDO, 2004), a educação de adultos no Brasil iniciou-se por volta do séc. XVII, voltado especialmente para a classe trabalhadora, com objetivo de alfabetizá-la. Vê-se que desde os primórdios a EJA é vista como algo inferior, destinada aos menos favorecidos. Só na década 1940 o Brasil promoveu as primeiras ações oficiais para lidar com o analfabetismo, que era o impedimento para os avanços que o país precisava alcançar.

Dados do Censo de 1940 apontam que a taxa de analfabetismo entre jovens a partir de 18 anos de idade no Brasil, chegava a 55% e no Nordeste a situação era mais desesperadora, chegando a um percentual de 70% que sequer tinham acesso a escola (BRASIL, 2000, p.119). Com a criação da UNESCO, após a ditadura de 1945, foi requisitado dos países integrantes, na tarefa de educar a população adulta. Depois, com a I Conferencia internacional de Educação, realizada na Dinamarca, a educação de jovens e adultos, sendo tratada, como uma educação moral, após sequelas gravíssimas da guerra. Passou a ser vista como uma educação alternativa, tendo por finalidade de resgatar o respeito aos direitos humanos e à paz social.

Os anos 1960 trouxeram vários movimentos estudantis e sindicais que passaram a lutar contra o analfabetismo, que era então considerada a consequência da pobreza e de uma política de manutenção das desigualdades.

Em 1962 foi implantada a ação Popular (AP) a partir das ideias de Paulo Freire, com um curso ministrado pelo próprio Freire e membros de sua equipe. A proposta do professor/ educador pernambucano era basicamente voltada para a alfabetização dos adultos, problematizando e conscientizando- os de sua realidade e de sua capacidade de transformá-la, já que nela estava inserido com o ser pensante, e ativo. É chamada teoria da libertação, e propunha como metodologia a pesquisa participante e como elemento central o diálogo. O método era o da palavração. Em 1963, com a realização da II CONFITEA, em Montreal, a educação de adultos ficou entendida como uma

continuação da educação formal ou como educação de base comunitária. Essas determinações, no entanto, nem sempre eram compatíveis com a realidade da educação brasileira.

Por esta razão, além de outras, em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que foi expandido para todo o país orientado pela proposta do professor Paulo Freire, que criticava a educação chamada bancária, que considera o aluno apenas como depósito de conhecimento. Entretanto, o PNA não foi adiante, por causa do golpe militar, que surpreendeu o país e surpreendeu os programas de alfabetização, perseguindo e até mesmo reprimindo seus membros. O governo passou então a ditar todas as regras e permitia apenas, programas criados, por ele, de forma assistencialista e conservada. Esse mesmo governo militar criou um marco na história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, com o objetivo de erradicar o analfabetismo adulto brasileiro em apenas uma década. Esse movimento durou até os anos 80, até o término do período da ditadura, quando foi substituído pela Fundação Educar, em 1985.

Entretanto a Fundação Educar também foi extinta em 1990. A partir daí houve um momento vexatório, de inércia na educação de adultos, causando por uma total ausência de políticas públicas que contemplassem os interesses do público jovem e adulto. Os estados e municípios tiveram que arcar com as responsabilidades para atender a este público e o processo passou a ser cada vez mais precário.

As CONFINTEAS que se seguiram em 1972, 1985 e 1997(III, IV e V, respectivamente), foram sempre momentos nos quais o Brasil se comprometeu em buscar a erradicação ou pelo menos a minimização em massa do analfabetismo nos países, bem como a falta de escolaridade entre, os jovens e adultos.

No entanto, o que se percebe é que os avanços tão esperados ainda estão longe de acontecer por falta exatamente de políticas públicas apropriadas. Não se pode negar, que houve melhorias na forma de enxergar o ensino de adultos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 208:

Art. 208 - O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

- I- Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

- II- Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
 - III-Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências preferencialmente na rede regular de ensino;
 - IV- Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis a seis anos de idade;
 - V- Acesso aos níveis mais elevado de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
 - VI- Oferta de ensino regular noturno, adequado às condições de educando;
 - VII- Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte alimentação e assistência à saúde.
- §1º O acesso ao ensino obrigatório e Gratuito é direito é direito subjetivo público.
- §2º O não-oferecimento do ensino obrigatoriamente pelo poder Público, ou seja, oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.
- §3º Compete ao poder Público, recensear o educando no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto ao país ou responsáveis, pela frequência a escola (BRASIL, 1988).

Entretanto, esses direitos ainda não são plenamente desfrutados por milhões e milhões de brasileiros, que por diversos fatores são cada vez mais excluídos da vida escolar. Em 1996, com a criação da Lei 9.934 que rege as novas diretrizes e bases da Educação (LDBEN), a EJA recebeu um novo direcionamento, com mais alguns pontos a favor, como a possibilidade de integração do Ensino médio com o ensino profissional, como fica explicito no artigo 37 e 38.

Art. 37 - A Educação de jovens e adultos será destinada que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade na idade própria.

§1º - O sistema de ensino assegura gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º - O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integrantes e complementares entre si (BRASIL, 1996).

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§1º- Os exames a que se refere estes artigos realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§2º - Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educando por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996).

É nesse contexto de desejadas grandes mudanças, que surgem nos anos 90 os programas pensados para recuperar em pouco tempo, a deficiência de aprendizagem de jovens e adultos. É o caso dos programas Alfabetização Solidário, de 1996 e o Programa Nacional de Reforma Agrária – PRONERA –, de 1998 que se preocupava especialmente com população rural e de assentamentos.

Mais tarde, em 2001 criou-se o programa recomeço destinado a atender os estados com índices mais críticos de analfabetismo e em 2003, foi lançado o programa que foi visto com muitos bons olhos por um número de pessoas, como grande esperança na luta contra as vergonhosas estatísticas sobre alfabetização no Brasil: o programa Brasil Alfabetizado.

O Programa destina-se a alfabetizar jovens a partir de 15 anos, bem como adultos e idosos em 8 (oito) meses. Para tanto, recruta professores, de preferência da rede pública para atuarem como alfabetizadores e dá-lhes como incentivo uma bolsa e ajuda de custo. Os professores atuam no programa como voluntários e as turmas precisam ter no mínimo 15 alunos.

A proposta do programa é interessante, entretanto não tem alcançado o êxito a que se propõe, talvez por não for um programa fixo das escolas (as turmas são formadas e depois escolhe-se um lugar para funcionar), ou talvez pelo baixo valor da bolsa, que não atrai bons profissionais.

O Brasil, entretanto, continua buscando encontrar o caminho para o sucesso da EJA, uma vez que depois da V CONFINTEA, que dentre os muitos pontos de discussão, tratou dos temas: “Educação de Jovem e Adultos é um direito humano fundamental” e Juventude e educação de adultos é fundamental para a superação da pobreza e para enfrentar as crises globais. Vê-se, portanto que essa CONFINTEA reforçou pontos especificidades sobre a questão da educação de adultos, o prof. Paulo Freire:

É preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos adaptada ao fim que se persegue:

Permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (FREIRE, 1980, p.39).

Esperemos então que governo e sociedade e em especial os educadores assumam suas responsabilidades com o indivíduo adulto, que apresenta características específicas, que requerem também soluções específicas, dados os seus componentes de formação histórico-sociais e culturais.

2.1. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Já faz algumas décadas que o cenário brasileiro aborda um debate público sobre os problemas relacionados à formação e ao desempenho dos professores que trabalham com o Ensino Fundamental. Exemplo disso é que o amplo debate continua até hoje, porém essa problemática não é tão nova.

Um dos documentos oficiais que tratava em 1932 dessa temática “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” Esse documento indagava acerca da necessidade de uma formação que qualificasse os professores para exercer competentemente suas atividades pedagógicas, baseado em uma nova metodologia associado ao desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. O referido Manifesto é totalmente a favor da formação docente consistente e adequada, veremos o que versa parte desse documento:

[...] O magistério primário, preparando em escolas especiais (escolas normais), de caráter mais especiais (escolas normais), de caráter mais propedêutico, e, as vezes misto, com seus cursos geral e de especialização profissional, não recebe, por via da regra, nesses estabelecimentos, de nível secundário, nem uma sólida preparação pedagógica, nem a educação geral em que ele deve basear-se. A preparação dos professores, com se vê, e tratado entre nós, de maneira diferente, quando não é inteiramente, descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional [...].

Como podemos perceber no trecho acima, necessita-se de um educador, com uma formação que contemple conhecimentos específicos e gerais, capazes de contribuir para uma formação sólida teórica e prática, pois estes conhecimentos e

essas competências são as que hão de assegurar-lhes uma orientação mais segura para seu exercício docente.

Atualmente no Brasil, a valorização da educação tem sido bastante discutida, vários eixos temáticos estão relacionados nessa discussão, a exemplo da formação de Professores, de forma a intervir na qualidade de ensino, nos âmbitos municipal, estadual, Federal. Tema esse ligado inteiramente a vida educacional do educador, de forma que o faz crescer pessoal e intelectualmente, adquirindo certas competências que precisam para seu trabalho no círculo educacional escolar.

Precisamos entender a formação docente como necessária a vida profissional de cada educador, por vários fatores, dentre eles a necessidade que o mesmo tem em enfrentar os novos desafios na realidade da escola pública que se encontra cheia de problemas, dos quais estão sendo cobrados dos professores as resoluções.

E nesse contexto é preciso que eles estejam em constante processo de formação, haja vista que seu preparo inicial não está sendo suficiente. Os professores não recebem como formação certas habilidades para o enfrentamento dos problemas educacionais que permeiam a escola no seu cotidiano.

Refletir sobre programas hoje implantados nos cursos das disciplinas é muito importante, uma vez que eles estão sendo colocados de forma a não atender as realidades das escolas, pois estão desarticulados, produzindo cada vez mais a questão da burocracia, baseadas na racionalidade técnica.

É preciso repensar programas e/ou cursos de formação de docentes possibilitando a estes profissionais a superação do tecnicismo e assegurando aos mesmos uma base reflexiva na sua formação e atuação profissional. Os cursos de formação necessitam que seus currículos estejam apropriados a novos desafios de forma a perceberem a necessidade da formação e de sua atuação profissional, ou seja, que além de conhecimento disciplinar o mesmo tenha conhecimento contextualização para compreender todo processo ensino aprendizagem e o caráter ético da sua atividade docente.

Para Tedesco (1998) a formação inicial do professor se apresenta de forma insuficiente e aligeirada, não sendo capaz de suprir os desafios da formação docente diante do novo contexto que exige dos profissionais uma série de capacidades e habilidades pensamentos sistemáticos, criatividade, solidariedade, habilidade de

resolver problemas, trabalhos em equipe, dentre outros, que não estavam presentes nos cursos de formação.

Precisamos entender que cada curso no qual se forma um Educador tem suas especificidades e a maioria deles não forma integralmente esse ou aquele professor para que estejam preparados em resolver as situações acima expostas. Pimenta (1999, p.16) afirma que as pesquisas já desenvolvidas em relação a formação inicial dos docentes:

[...] tem demonstrado que os cursos de formação, ao desenvolverem um currículo formal com conteúdos e atividades de estágio distanciadas da realidade das escolas, numa perspectiva burocrática e cartorial que não dá conta de captar as contradições presentes na prática social de educar, pouco tem contribuído para gerar uma nova identidade profissional.

Notamos que há uma desarticulação entre a escola pública e a formação dos profissionais que nela atuam ou se insere, pois os cursos estão estruturados com currículos particulares e são na sua maioria trabalhadores sem uma articulação que possam de certa forma auxiliar o professor a se adequar as mudanças de estruturas dessa nova escola pública afim de que os docentes sejam sujeitos construtivos, ignorando essa versão burocrática, baseado num modelo de racionalidade técnica.

Na verdade, os cursos de professores devem possibilitar aos docentes, antes de tudo, superar o modelo de racionalidade técnica para lhe assegurar a base reflexiva na sua formação e atuação profissional como aponta Libâneo (2002).

Precisamos romper com estes moldes de formação que transformem o professor num mero transmissor do conhecimento, que esteja somente preocupado com a formação de atitudes de obediência, passividade e de subordinação dos alunos. Aquele professor que vê os alunos como assimiladores de conteúdo, adestrando os mesmos com práticas de memorizações, repetições de conhecimento que pouco tem a ver com a realidade deles.

Deveremos está aberto a novas reflexões, sempre resgatando a base reflexiva do atual profissional com o objetivo de entendermos como realmente se colocam as situações problemáticas da prática. Assim é preciso que o professor tenha mais condições de compreender todo contexto Social que o rodeiam para que tenha

condições de fazer algumas resoluções no processo educacional no qual está inserido.

Um docente com uma formação sólida deve estar seguro para saber lidar com todo processo formativo dos seus alunos. Essa formação deverá garantir que o professor entenda como lidar várias dimensões além do cognitivo, englobando a dimensão efetiva, da educação dos sentidos da estética, da ética e dos valores emocionais.

Uma formação onde o professor possa ter responsabilidade de construir e colocar em prática o projeto Pedagógico da Escola com base na solidariedade humana, que permita a emancipação de nosso povo. Nesse ínterim, precisamos compreender a real situação de ensinar, que não seja uma simples transmissão de dados, pois o jornal, rádio e internet já fazem esse papel muito bem, precisaria sistematizar as informações e transformá-las em conhecimento.

À Escola e aos cursos de formação inicial de professores compete formar seres humanos, cidadãos, pessoas que saibam e gostem de ler, de estudar, de trabalhar com os conhecimentos, de questionar a tecnologia de criar outros saberes e outros métodos mais rigorosos, como afirma Coelho e Cavalieri (2002).

Repensar a formação de professores com base no contexto escolar é uma das maneiras eficazes que fará com que o mesmo esteja preparado a enfrentar os desafios que, por ventura, possam surgir ao redor de sua prática, não devendo o educador receber uma formação distanciada de uma reflexão prática de sua realidade.

Zeichener (1993) ressalta que, diante de vários problemas encontrados na educação, a reflexão crítica pode ser o caminho que permitiria aos docentes a não aceitação automática de uma visão baseada no senso comum. Nesse sentido, precisamos entender que no processo formativo do profissional docente, o estágio deveria ser um elemento fundamental na formação profissional e um dos espaços privilegiado para a formação do docente na concepção do professor crítico-reflexivo e na constituição dos saberes docentes necessária.

Refletir a formação inicial de professores e também a continuado se faz necessário e oportuno, uma vez que com sinceridade, o professor de hoje tem que ser ético e, politicamente, muito mais crítico do que o de ontem, não podendo ser

visto como um eterno missionário e estruturalmente deficitário em termos profissionais. Vejamos o que diz Connell (1997, p. 91):

Ser professor não é só uma questão de possuir um corpo de conhecimentos e capacidade de controle da aula. Isso poderia fazer-se com um computador um bastão. Para ser professor é preciso igualmente, ter capacidade de estabelecer relações humanas com as pessoas a quem se ensina. Aprender é um processo Social Humano e árduo: o mesmo se pode dizer de ensinar. Ensinar implica, simultaneamente, emoções e razão pura.

Precisamos entender que é na formação contínua que buscamos refletir nossas práticas de forma a alimentar nossa conduta formativa, onde iremos perceber que nossa formação vai além de certo conjunto de módulos. Está relacionada a desenvolvermos projetos que estejam conectados com a nossa realidade, buscando interligá-los com as relações que devemos buscar junto aos educandos.

Não podemos esperar na formação contínua uma receita pronta, uma resposta mágica para os problemas do contexto escolar, aceitando, passivamente a crise do estado educador, devemos sim ser capazes de inter-relacionar ações que visem o nosso crescimento enquanto educadores.

Precisamos lutar para que a formação contínua seja relevante para desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes, para melhoria das práticas educativas e para aperfeiçoamento do sistema educativo. É no estreitamento entre o trabalho e a formação que os professores devem encontrar alguns meios para resolver os problemas da educação que os permeiam.

Entendermos a formação contínua como um grande espaço e tempo de refletirmos, investigarmos, de forma que devamos repensar a escola, os contributos dos processos sociais educativos em contexto formal não formal e informal e os próprios projetos de formação.

Segundo Nóvoa (1992, p. 67) a formação contínua de Professores assume uma importância inicial. “Por aqui pode passar um esforço de renovação, consequência para os programas de formação inicial, o estatuto da profissão, a mudança das escolas e o prestígio social dos professores”. Há um reconhecimento consensual de que a formação continuada deverá sempre estar no currículo normativo do educador com o objetivo de se conceber mais conhecimento ao mesmo e por outro lado complementar sua formação inicial.

2.2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EJA

Precisamos entender a formação de professores para Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto uma política pública necessária para o melhoramento profissional desses, no que se diz respeito às novas metodologias que se almejam alcançar para o melhor atendimento a esta clientela, que se encontra num processo de exclusão e marginalização. Todo esse processo está atrelado à expansão de números de vagas para o ensino fundamental, com isso esse acontecimento contribui para a superação da deficiência histórica dessa categoria jovens e adultos ao longo dos tempos.

Para conceder um ensino noturno para EJA, precisamos ter nossos professores com uma formação adequada, levando em consideração as clientelas com as quais os mesmos lidam, observando suas peculiaridades em vários aspectos. Precisamos contextualizar nossa formação para EJA uma vez que nesse campo educacional é totalmente problemático.

A formação e a constituição do campo pedagógico para EJA é uma problemática ampla do processo educacional. Ela requer necessidade de um conjunto de práticas e saberes articulados em torno de princípios, objetivos específicos às finalidades que esta modalidade de ensino requer. Como mestre Libâneo (1994, p.17) afirma:

[...] A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prever os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuais no meio social e a transformá-la em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.

Nesse íterim, necessita-se que um professor que atue na EJA tenha além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas a complexidade diferencial desta modalidade de ensino, de acordo com o que versa o parecer n. 11/2000, Diretrizes curriculares nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Uma formação em que o professor esteja a cada dia em consonância com a realidade dos envolvidos e melhorar a qualidade da aprendizagem dos mesmos. Não devemos esquecer o parecer n. 11/2000 cita às três funções da EJA: reparadora, equalizadora e qualificadora. O Conselho Nacional de Educação - CP 01/99 fala do

Instituto Superior de educação, que inclui os cursos normais superiores, os quais poderão formar docentes para a educação infantil como para o ensino fundamental, compreendendo a preparação específica para “Educação e Jovens e Adultos equivalentes aos anos iniciais ao do ensino fundamental” (art.6º, §1º, V).

A formação do professor para EJA deverá está vinculada a outras metodologias diferenciadas daquelas, por exemplo, da educação infantil, uma vez que não podemos enfatizar a EJA no que se refere a métodos, conteúdos e processos, isso é que percebemos ao analisar a Resolução CEB 02/99 que cuida da formação de professores na modalidade normal média, nela também se inclui a EJA. Nessa Resolução, seu parágrafo 2º do art.1º exige o compromisso dos sistemas de ensino com relação às modalidades de Educação Infantil e EJA, ou seja, deverão estes construir propostas de acordo com as peculiaridades de cada uma.

Em tal contexto, enfatizamos o que lembra Faraco (2005) que o uso da linguagem, dos procedimentos didáticos, dos fins, da maneira de relacionar-se para os jovens e adultos não devem ser os mesmos utilizados nos processos da Educação Infantil, educação de crianças.

Um docente da EJA requer principalmente espaço próprio, em universidades, faculdades, ou mesmo outras instituições formadoras, mas deverão se ofertados os cursos voltados à formação dos docentes de EJA devem está orientados de acordo o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação lei n. 9394/96, de modo que se dêem correlações entre os conteúdos das áreas de conhecimento e universo de valores e de modos de vida de seus alunos, como coloca pra gente o parecer n. 11/2006.

As instituições que forme para EJA deverão considerar uma associação de elementos com valores que venham enriquecer os conhecimentos e a prática educativa desses educadores. Nesse cenário, Carvalho e Simões (1999) colocam que as ações das universidades com relação à formação do educador de jovens e adultos ainda são tímidas ao se considerar a relevância que tem ocupado a EJA nos debates educacionais e o potencial das mesmas como agências formadoras.

Só teremos um ensino adequado ao público da EJA, se tivermos uma formação inicial específica e constantemente uma formação continuada bem trabalhada, pois só assim, há um melhoramento na capacidade de um bom ensino a este público que tanto necessita.

Espera-se que um educador formando para atuar com EJA, debata o domínio de saber do saber contextualizado onde saiba inter-relacionar os saberes que esses alunos trazem de seu cotidiano para engrandecer sua aprendizagem na escola. O professor que faça essa inter-relação certamente está fazendo com que a aprendizagem dos jovens e Adultos caminhe com mais altivez e progresso. A LDB Lei n. 9394/96 enfatiza princípios adequados com relação a formação da EJA, ou seja, uma formação para quem quer trabalhar com característica específica e necessitam de uma formação mais diferenciadas para que possa realmente fazer um trabalho docente eficaz para aqueles que vem a escola nos cursos noturnos tentando se inserir novamente no contexto escolar.

Um Educador da EJA tem que ter uma visão mais ampla da questão de se fazer um maior esforço para que esses alunos que estão fora de sua faixa estaria escola permaneça na escola, e que ele seja um mediador entre o conhecimento que os alunos trazem de suas práticas cotidianas e o conhecimento produzido pela humanidade. Dessa forma, a mediação se torna uma característica importante na formação do educador enquanto integrado numa ação maior que seria a de reproduzir conhecimento de forma mecânica, desvinculando da realidade, como enfatiza (BRANDÃO, 2003, p. 223-224):

[...] Agente Facilitador e de informação de um processo que acontece e vai acontecendo na medida em que todos se envolvem com a construção de um contexto imaginário e dialógico de criação de um saber cultural vivenciado enquanto momento de cultura do grupo de alfabetizando.

A formação para EJA devera ser vista como um intercâmbio que venha melhorar a situação teórico-pratica desses profissionais e assim melhorar a aprendizagem dos alunos, uma vez que são agentes que estão de volta a escola a fim de prosseguir sua vida escolar e se inserir na sociedade de forma igualitária.

3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BASES ATUAIS

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, é ampliado o dever que o estado tem com educação, a Carta Maior determina que a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, asseguradas inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1998). A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – determina no seu artigo 3º, os fundamentos e os princípios que servirão de base ao ensino:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V- coexistência de instituição pública em estabelecimentos oficiais;
- VI- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII- gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- VIII- gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX- garantia de padrão de qualidade;
- X- valorização da experiência extraescolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996).

É preciso salientar que os princípios explicitados no art.3º da lei maior da Educação Brasileira, norteiam os sistemas de ensino a criarem propostas visando a promoção de igualdade para o acesso e a permanência dos alunos na escola e ao mesmo tempo criar concepções pedagógicas que valorizem as experiências educativas extraescolar e a vinculação entre Educação, trabalho e práticas sociais. Nesse contexto percebemos que o artigo trouxe abertura e garantia para que nós tenhamos novas implementações, inovações e mudança no espaço escolar. A citada lei n. 9394/96 ainda no seu Título III, que versa sobre o direito a Educação e do dever de educar, conforme o artigo 4º que versa sobre o dever do estado com educação escolar pública destaca inciso destinado modalidade EJA.

- a) Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- b) Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

- c) Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, se garantido aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
- d) Padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

No inciso VII que se refere à EJA, deixa bastante em evidência que o trabalho educativo deve partir da situação real dos alunos, observando principalmente da leitura de mundo, seus anseios, suas dificuldades e possibilidades.

3.1. O QUE É? A QUEM SE DESTINA? E SUAS FUNÇÕES?

Devemos entender a EJA como uma modalidade da Educação Básica destinada a atender os alunos do ensino fundamental e médio que não tiveram acesso na sua idade própria. E nesse contexto que o papel do estado deva garantir uma política pública que venha plenamente garantir educação os que não tiveram acesso no tempo hábil, por conta enfrentados por nossos educandos.

Resgatar Projetos que envolvam o interesse comum para que a EJA venha reparar os danos causados aos nossos alunos que estão fora do processo educacional e uma competência do estado, e este engajamento deverá ser feito por nós que acreditamos nessa possibilidade. A denominação EJA no Brasil está substituindo o termo ensino supletivo, que versa a Lei n. 5692/71.

A EJA, atualmente, compreende todo processo de alfabetização, cursos ou exames supletivos nas etapas do fundamental ou médio. Devemos percebê-la como a chave de mudanças para o século XXI. Por ser conseqüência do exercício da cidadania e condição para a participação plena na sociedade, inclui aí a qualificação e a requalificação profissional.

Nesse ínterim, precisamos entender quem está inserido nesse processo e contexto o que realmente necessita para prosseguir e o que nós que acreditamos numa sociedade mais justa e mais igualitária precisamos fazer para intervir e juntos mudarmos certas realidades.

3.1.1. FUNÇÕES DA EJA

Precisamos entender que o processo de evolução que passou o mundo e nosso país, vitimou um conjunto de brasileiros que ficaram numa linha expediente na história de nosso pólo. Urgentemente temos o papel de fazer eliminar essas exclusões e buscar uma sociedade mais justa, menos desigual, igual para todos como emana nossa lei maior, a EJA é tratada como uma dívida Social que deve ser reparada, portanto, onde assuma a responsabilidade de estender a todo o acesso e o domínio da leitura e escrita como bem sociais, na escola ou noutras instituições públicas.

Entender a EJA enquanto modalidade de Ensino da Educação Básica, como explicita o art. 37 e 38 da LDBEN, também deveremos ter consciência que a EJA hoje ultrapassa do âmbito de alfabetização, pois seu limite vai além, com função, abrangência e importância maior. Nesse sentido o parecer CNE/CEB n.º 11/00 redefine as funções do ensino supletivo que consta no parecer 699/72 e atribui a EJA três funções básicas:

a) A Função Reparadora: A função reparadora constitui-se na restauração do direito a uma escola de qualidade, o que significa ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, contribuindo para a conquista da Cidadania e a inserção no mundo do trabalho, através da aquisição das competências exigidas para isso.

A função reparadora significa a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade e o reconhecimento de igualdade de todo e qualquer ser humano. Significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado.

b) Função Equalizadora: A função equalizadora aplica-se àqueles que antes foram desfavorecidos quanto ao acesso e permanência na escola, devendo receber, proporcionalmente, maiores oportunidades que os outros, para ter restabelecida sua trajetória escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflituoso da sociedade.

Por último, a qualificação, mais do que função, é o próprio sentido da EJA. Tem como base o caráter incompleto do ser humano que busca atualização em quadros escolares e não escolares. Jovens empregados, subempregados ou não, podem encontrar nos espaços e tempos da EJA, nas funções reparadora, equalizadora ou

qualificadora, um lugar de melhor capacitação para o mundo de trabalho, construindo conhecimentos, habilidades, competências e valores (BRASIL, 2000, p.30-39).

A função equalizadora dará cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos da sociedade possibilitando-lhes a reentrada no sistema educacional. Há que se reconhecer no seio da sociedade a existência da diversidade e garantir nas políticas públicas a efetivação de oportunidades diferentes para eliminar as desigualdades, equalizar o acesso aos bens sociais e o exercício da cidadania, fazendo cumprir com o princípio constitucional de que a educação é direito de todos.

c) Função Permanente ou Qualificadora: A educação de jovens e adultos deve ser vista como uma promessa de qualificação de vida para todos, propiciando a atualização de conhecimentos por toda a vida. Mas do que função, ela é o próprio sentido da EJA, que tem como base o caráter incompleto do ser humano.

A educação de Jovens e Adultos, pela sua especificidade, é uma modalidade de ensino que deve ser pensada de forma diferente das outras modalidades educacionais. A EJA caracteriza-se como sendo uma proposta pedagógica flexível que considera as diferenças individuais e os conhecimentos informais dos alunos. Para Arroyo (2005, p.35),

Partir dos saberes, conhecimentos, interrogações e significados que aprenderam em suas trajetórias de vida será um ponto de partida para uma pedagogia que se pautar pelo diálogo entre os saberes escolares e sociais. Esse diálogo exigirá um trato sistemático desses saberes e significados, alargando-os e propiciando o acesso aos saberes, conhecimentos, significados e a cultura, acumulados pela sociedade.

Portanto, a Educação de Jovens e Adultos visa contribuir para eliminação das discriminações e na busca de uma sociedade mais justa e menos desigual, a qual resultaria da inclusão do conjunto de brasileiros, vítimas da história excludente de nosso país. No próximo capítulo serão apresentados os resultados obtidos durante a pesquisa de campo, pretende-se assim, expor a percepção dos professores em relação às questões inerentes a formação e prática pedagógica da EJA, para tanto, foi formulado um questionário subjetivo composto por 5 (cinco) questões, as quais foram respondidas por 4 (quatro) professores que atuam na EJA na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacet, na cidade de Santa Rita – PB.

4. ANÁLISE DOS DADOS

As indagações sobre a Formação Docente e o leque de desafios que permeiam as relações profissionais nos fez realizar uma primeira aproximação no campo desse contato, abordando sobre a especificidade dessa formação na Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Averiguamos os docentes envolvidos nessa investigação sobre a *oportunidade* em participar de Formação Continuada, para, sequencialmente, atribuí diálogo sobre essa experiência em termos de tempo e tipologias. O Quadro I nos possibilita essa sistematização:

QUADRO I – FORMAÇÃO EM EJA		
Em sua formação profissional, já teve oportunidade de participar de algum tipo de formação específica para atuar na EJA? Em caso afirmativo, durante quanto tempo e qual foi o tipo de formação que participou?		
DOCENTES	RESPOSTAS	SÍNTESE INTERPRETATIVA
Docente A	“Sim, treinamento com duração de 15 dias visando demonstrar como trabalhar com jovens e adultos”.	Experiência/Formação com curta duração
Docente B	“Sim, curso de Capacitação para EJA, duração de dois meses.”	Experiência/Formação com curta duração
Docente C	“Não”.	Ausência de Formação
Docente D	“Sim, curso de Capacitação para alfabetizadores, duração de dois anos. (Projeto Sal da Terra)”.	Experiência/Formação com média duração

Fonte: dados coletados pela pesquisadora durante o período 2016.2 (2017).

As inferências no quadro I demonstram que três docentes, do total de quatro inquiridos, em nossa amostra qualitativa, já realizaram formação Docente específica na modalidade da EJA. Sendo dois, experimentando cursos de curta duração e um que teve uma formação de média duração.

No entanto, um dos docentes, até o momento ainda não participou de nenhum tipo de formação. Nessa primeira aproximação já passa a ser recorrente que apenas

um docente realizou de fato uma formação continuada nos moldes que a legislação atual orienta, compreendendo o tempo e sua vinculação a um projeto. Duas outras (curta duração) não possibilitam uma estrutura sistemática, por terem sido prontamente pontual. Nenhum deles teve especialização ou outro tipo de pósgraduação em EJA, já que não foi mencionado, e hipoteticamente, deduzimos. Em um segundo questionamento sobre o papel e importância da EJA, o nosso diálogo obteve as seguintes respostas:

“É fundamental para o desenvolvimento da nossa sociedade, pois é a oportunidade de muitos jovens e adultos para se inserir na vida escolar”. (DOCENTE A);

“É importante, pois inclui o jovem e adulto na vida social, tornando os participantes ativos na sociedade e verdadeiros cidadãos.” (DOCENTE B);

“A EJA significa um avanço social, um reconhecimento do jovem e do adulto como atores reais da vida em sociedade”. (DOCENTE C);

“É importante, pois resgata a autoestima e faz com que o jovem e adulto se reconheça como um cidadão ativo na sociedade”. (DOCENTE D);

Nesta etapa interpretativa, seguimos o princípio da apreensão da temática “importância na EJA”. Percebemos que os sentidos se articulam em torno da relação *ser humano e sociedade* e as partículas: “inserção na vida escolar”; “avanço social”; “vida em sociedade”; “cidadão ativo na sociedade” posicionam uma concepção sobre o direito à cidadania e que o jovem e o adulto conquistam ao retornarem em sala de aula. Eis, que esse *retorno* é assimilado como o elemento central na EJA e seu papel social. Com relação às práticas metodológicas de ensino e aprendizagem na EJA, o Quadro II categoriza os destaques solicitados:

QUADRO II – PRÁTICAS E METODOLOGIAS EM EJA		
Inserção: Quais práticas metodológicas você destacaria na EJA?		
DOCENTES	RESPOSTAS	SÍNTESE INTERPRETATIVA

Docente A	“As necessidades de o educador adequar os conteúdos, e os recursos materiais, além do cuidado para realizar atividades que sejam adequadas e significativas para estes educandos.”	DESTAQUE METODOLÓGICO: Aprendizagem significativa, a partir de equivalência entre conteúdo e prática;
Docente B	“As constantes faltas, tendo em vista que a maioria trabalha, e muitas vezes, por causa do trabalho, faltam a escola, e o lento aprendizado devido a deficiência de anos fora do processo educativo. Assim, a prática pedagógica docente requer uma compreensão por parte do professor, de que o conhecimento numa perspectiva crítica contribui para o processo de conscientização dos estudante”.	DESTAQUE METODOLÓGICO: Aprendizagem significativa, partir dos limites e possibilidades do educando;
Docente C	“A EJA é diferente porque lida com pessoas prontas para a vida, que trazem consigo o saber empírico, faltando-lhes apenas os conhecimentos técnicos. Demandam por práticas metodológicas voltadas para Realização de aprendizagens significativas, contextualização das aulas e, principalmente, aproveitamento da grande bagagem de experiência dos alunos na Educação de Jovens e Adultos”.	DESTAQUE METODOLÓGICO: Aprendizagem significativa, a partir de equivalência entre conteúdo e prática;
Docente D	“Uma prática que mobiliza saberes, interações pessoais, vivências, formação institucionalizada, que se circunscreve dentro do ambiente escolar, reverberando na aprendizagem do estudante enquanto sujeito da formação humana”.	DESTAQUE METODOLÓGICO: Aprendizagem significativa, a partir de equivalência entre conteúdo e prática;

Fonte: dados coletados pela pesquisadora durante o período 2016.2 (2017).

Tais aprendizagens significativas decorrem de múltiplas metodologias: “criticidade; interações pessoais; reconhecimento das vivências dos alunos”. Portanto, a relação teoria e prática se entrelaçam nas possibilidades metodológicas.

Para atingir a aprendizagem significativa dos discentes, compreendemos que os docentes recorrem aos conteúdos apreendidos em sua formação inicial, e as novas aprendizagens decorrentes da experiência docente e das oportunidades de formação já mencionadas.

Já no Quadro III, observamos as respostas e sínteses sobre as principais *dificuldades* no fazer teórico prático do cotidiano de ensino na EJA. Dificuldades, estas, que ratificam a constatação do nosso diálogo com os docentes sobre a problemática da ausência de uma política de Formação Continuada que chegue, de fato, no chão da escola e que se deve em sua maior parte pela omissão do poder público.

QUADRO III– DIFICULDADES METODOLÓGICAS NA MODALIDADE DE ENSINO EJA		
Inserção: A partir destas práticas metodológicas, quais as principais dificuldades, limites ou obstáculos que são próprios a essa modalidade de ensino, e como esses limites, obstáculos e dificuldades interferem no trabalho?		
DOCENTES	RESPOSTAS	SÍNTESE INTERPRETATIVA
Docente A	“A falta de políticas públicas de apoio e permanência do aluno da EJA no Sistema de Ensino; Capacitação de qualidade para os Educadores; Falta de Material didático adequado para EJA”.	DESTAQUE OBSTÁCULO: Sistema de ensino e políticas;
Docente B	“Ausência dos alunos e evasão por causa do trabalho; Pouca assistência dada pelos órgãos públicos; Falta de recursos e materiais para trabalhar especificamente com a EJA.”	DESTAQUE OBSTÁCULO: Sistema de ensino e políticas;
Docente C	“A falta dos alunos por motivos de trabalho ou cansaço e o pouco apoio dos órgãos públicos no que se refere à recursos para a EJA”.	DESTAQUE OBSTÁCULO: Sistema de ensino e políticas;

Docente D	“As faltas dos alunos por motivo de trabalho, o pouco apoio da secretaria no que se refere a material, e a merenda escolar, assim como a falta de formação continuada”.	DESTAQUE OBSTÁCULO: Sistema de ensino e políticas;

Fonte: dados coletados pela pesquisadora durante o período 2016.2 (2017).

Evidente, que além da ausência de formação, ocorre à escassez de materiais didáticos, regularidade da merenda, entre outros. Os *obstáculos* mencionados correspondem em grande parte aos poucos recursos que os docentes contam e são atribuídos, principalmente, ao descaso do sistema de ensino e as políticas educacionais no campo da EJA. Por fim, indagamos na especificidade da EJA, quais as necessidades de formação que o educador que trabalha com essa modalidade de ensino enfrenta. E obtivemos as seguintes respostas:

“Há uma grande necessidade de formação continuada para os educadores e cursos de especialização nesta modalidade de ensino” (DOCENTE A);

“Formação para Alfabetizadores e Formação para Trabalhar com temas como: prevenção e saúde” (DOCENTE B);

“Necessitamos de formação ligada às áreas de alfabetização, saúde, prevenção e profissionalização” (DOCENTE C);

“Formação para Alfabetizadores; Formação para saber administrar melhor o tempo de aula e as prioridades para este público” (DOCENTE D);

Os/as educadores/as elegem uma Formação Docente, que seja, direcionada para a alfabetizadores/as. Esta é uma recorrência fundamentada e dimensionada em suas práticas, pois deve exigir esforço maior no campo epistemológico e metodológico.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O capítulo a ser apresentado foi elaborado visando disponibilizar as informações obtidas através da pesquisa de campo realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaime Lacet, a qual oferta tanto o ensino infantil e fundamental, quanto contempla a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A referida escola, o *lócus* metodológico, encontra-se situada no Município de Santa Rita – PB. As informações foram coletadas através da aplicação dos questionários junto a quatro (quatro) profissionais que atuam nas Escolas, a coleta de dados foi por acessibilidade, uma vez que nem todos os professores se mostraram abertos à participar da pesquisa, seja por motivo de tempo para responder ao questionário, seja por interesse em fazer parte do estudo.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa em que se utilizou a pesquisa bibliográfica e a coleta de informações em questões abertas para melhor compreender as novas perspectivas de ensino e formação de docentes para essa modalidade de ensino.

Para concretizar o trabalho optou-se por adotar a pesquisa de campo que, de acordo com Lakatos e Marconi (1991) é a parte da pesquisa na qual o pesquisador entra em contato com os entrevistados com a finalidade de obter as observações e colher os dados necessários para que o estudo seja elaborado com êxito.

A coleta dos dados foi realizada através da aplicação de um questionário contendo cinco questões subjetivas voltadas para a formação de docentes para atuar diretamente na Educação de Jovens e Adultos - EJA. Para o desenvolvimento do presente estudo foi utilizada a pesquisa do tipo exploratória.

Segundo Lakatos e Marconi (1991), a pesquisa exploratória é a formulação de questões ou problemas que o pesquisador fará visando uma melhor investigação do ambiente de pesquisa e maior conhecimento acerca do problema apresentado. Realizamos por fim, uma análise de conteúdo ancorada na síntese temática e diálogos hipotéticos dedutivos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração do presente estudo monográfico tornou-se possível aprofundar os conhecimentos acerca da história da educação de jovens e adultos e sua evolução, bem como sobre a temática relacionada à formação do professor no Brasil e suas práticas de ensino na EJA.

Diante do que foi exposto ao longo do trabalho, verifica-se que a configuração da formação em EJA encontra-se estreitamente relacionada com a dinâmica social vivenciada pelos educadores.

Tal estudo teve como objetivo central elaborar uma reflexão acerca das necessidades formativas do professor que atua com jovens e adultos, salientando a importância do respeito ao conhecimento e experiências que o educando traz de seu cotidiano, o que o torna um ser pensante, com capacidade crítica e reflexiva.

Ficou evidenciado durante o trabalho monográfico que o professor da EJA deve ter uma capacitação específica para lidar com esses alunos, uma vez que esta capacitação irá melhorar significativamente o processo de ensino – aprendizagem, elevando a motivação dos alunos, diminuindo a evasão escolar.

É possível constatar que, mesmo com o aumento da visibilidade da EJA, a demanda por uma formação específica do professor que atua com este público ainda é grande, e em certo ponto ainda não lhe é dada a devida atenção. Assim, como afirma Arroyo (2005) a construção de um quadro profissional formado nos cursos de Pedagogia, nas licenciaturas e pelas próprias redes de educação com o intuito de atuar junto a estes educandos contribuirá para o fortalecimento da área, para a (re) configuração desse campo de trabalho e, certamente, para um melhor atendimento a parcelas significativas da população que foram precocemente excluídas das ações de escolarização.

É fundamental enfatizar que todos podem de alguma forma contribuir para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos. Na esfera política, os governantes devem implementar políticas educacionais voltadas para esta modalidade de ensino; os gestores escolares devem primar pela elaboração de um projeto político pedagógico que contemple todos os alunos se adequando a este público específico; os professores devem estar comprometidos com o saber, buscando qualificar-se, atualizando sua metodologia de ensino para facilitar a

aprendizagem dos jovens e adultos; e por fim, a sociedade como um todo deve contribuir para que a EJA avance, não discriminando esta modalidade de ensino, nem tampouco seus alunos, compreendendo a importância premente da educação para aqueles que só tiveram acesso a ela de forma tardia.

Finalizando o estudo em questão, citamos a afirmação de Mello (2002) acerca da essencial contribuição de Paulo Freire para o desenvolvimento da EJA no Brasil, onde o referido autor afirma que as contribuições freireanas são referenciais à prática crítico-reflexiva na dimensão dos saberes docentes e da relação dialógicodialética entre os sujeitos histórico-sociais, na perspectiva da educação libertadora e emancipatória; e dos conhecimentos dos sujeitos enquanto inacabados, históricos, sociais, políticos e culturais.

É importante ressaltarmos ainda que Paulo Freire (1983) propôs os princípios básicos da educação libertadora, a partir da sua prática como educador, possibilitando a relação teoria-prática fundamentada no diálogo e no respeito aos saberes e às experiências do outro.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

ARROYO, M. **Os Desafios de Construção de Políticas para a Educação do Campo**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Educação do Campo: Cadernos Temáticos**, Curitiba: SEED, 2005.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, Autores Associados, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96**. Brasília, 20 dez. 1996.

_____. Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5692 de 11.08.71, capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974. Acesso em: 12 de julho de 2010.

_____. PARECER nº 699/71. Regulamenta o capítulo IV da Lei 5.692/71. 06 de julho de 1972. Constituição Federal de Educação. Rio de Janeiro.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro 1988.

_____. (CNE). Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: maio de 2000.

CARVALHO, Janete Magalhães; SIMÕES, Regina Helena Silva. **O que dizem os artigos publicados em periódicos especializados, na década de 90 sobre o processo de formação continuada de professora?** Artigo publicado em CD-room da XXII ANPEDE. GT Formação de Professores. Caxambu, MG: 1999.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa e CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis, Vozes, 2002.

CONNELL, R.W. **Pobreza e educação**. In: Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. GETILI, P. (ORG), Petrópolis, RJ/Editora Vozes, 3ª edição, 1997.

DI PIERRO, M^a Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº55, nov. 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2005.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. (tradução Kátia de Mello e Silva). 3ª edição, Editora Moraes, São Paulo, 1980.

GADOTTI, Moacir. **Um legado de esperança**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMES, S. J. Silveira. Formação docente: o professor de EJA no contexto da educação especial. In: Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos. Revista Eletrônica. 2011.

GUIDELLI, Rosângela Cristina. **A prática pedagógica do professor do ensino básico de jovens e adultos**: desacertos, tentativas, acertos. Dissertação (Mestrado). UFSCar. São Carlos, 1996.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos**: consolidação de Documentos 1985/94. São Paulo, ago.1994.

HADDAD, Sergio. **A educação continuada e as políticas públicas no Brasil**. in: Educação de Jovens e Adultos- Novos leitores, novas leituras/ Vera Masagão Ribeiro (org.) Campinas-SP, Mercado de Letras, 2005.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas. 1991. 242 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

_____, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1990.

_____ **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MELLO, Elena M. B. A pesquisa e a política pública para formação de professores. In: MELLO, Reynaldo. I. C. (Org.). **Pesquisa e formação de professores**. Cruz Alta: Centro Gráfico UNICRUZ, 2002.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. In: _____. **Os Professores e a sua formação**. Lisboa: Nova Enciclopédia, publicações Dom Quixote, 1992. (Coleção Temas de Educação, 39).

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores**: identidade e saberes da docência. In: _____. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11 Ed. São Paulo. Cortez 2000.

TEDESCO, Juan Carlos. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna.** São Paulo: Ática, 1998.

XAVIER, M. C. (Org.). **Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZEICHNER, K.A **formação reflexiva de professores: Idéias e práticas.** Lisboa: Educa. 1993.

APÊNDICE “A

QUESTIONÁRIO PARA O EDUCADOR QUE TRABALHA COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JAIME LACET

Solicitamos a sua atenção para responder ao presente questionário que abrange cinco questões subjetivas inerentes a Formação Continuada do Professor da EJA. Os dados obtidos serão utilizados na produção de um Trabalho de Conclusão de Curso sobre o assunto. Registra-se que este documento assegura o anonimato da escola e das pessoas que prestarem as informações e de que todos os dados informados serão tratados com total confidencialidade.

1. Em sua formação profissional, já teve oportunidade de participar de algum tipo de formação específica para atuar na EJA? Em caso afirmativo, durante quanto tempo e qual foi o tipo de formação que participou?
2. Em sua opinião, qual o papel/importância da EJA?
3. Quais práticas metodológicas você destacaria na EJA?
4. A partir destas práticas metodológicas, quais as principais dificuldades, limites ou obstáculos que são próprios a essa modalidade de ensino, e como esses limites, obstáculos e dificuldades interferem no trabalho?
5. Considerando a especificidade da EJA, as diferenças e dificuldades que lhe são próprias, que necessidades específicas de formação você identificaria para o educador que trabalha com essa modalidade de ensino?

Agradeço pela atenção e colaboração.